

## Contributos para uma comparação crítica de três tradições em Psicologia Social. Atitudes, representações sociais e cognição social<sup>a</sup>

Paula Castro

Instituto Superior de Ciências do Trabalho  
e da Empresa, Lisboa

Resumo. – Apresenta-se em primeiro lugar uma definição sumária de três conceitos da psicologia social actual que remetem para a noção de representação: atitude, representação social e esquema. De seguida comparam-se estes três conceitos entre si, o que implica igualmente comparar as três tradições de pesquisa que os englobam. Para esta reflexão comparativa são estabelecidos alguns eixos organizadores – posicionamento ontológico e epistemológico, imagens da pessoa que transmitem, opções metodológicas. Estes eixos permitem situar as semelhanças e diferenças entre os conceitos e gostariam de contribuir para um mapeamento da disciplina de psicologia social.

A nós, psicólogos, é das pessoas que nos interessa poder falar, o que pressupõe (numa versão optimista) poder

compreendê-las. Ora, falar de pessoas, ou do que quer que seja, implica possuir um vocabulário. E embora haja só um tipo de dicionários – os sistemáticos, que incluem todas as palavras (novamente numa versão optimista) de uma determinada língua – há muitas espécies de vocabulários, isto é, muitos conjuntos lexicais que incluem apenas um certo número de palavras relevantes para um determinado tema. Com que vocabulário falamos nós, Psicólogos Sociais, das pessoas, quais são os nossos termos favoritos e o que significam estes termos em relação á história das suas sucessivas definições – prende-se com estas questões a reflexão que se vai desenvolver.

É claro, porém, que não seria possível abordar todas as palavras que formam o nosso vocabulário actual. Foram escolhidos apenas três termos de utilização muito frequente hoje em dia na Psicologia Social e que reenviam, todos eles, para uma noção sem a qual nenhum faz sentido: a noção de *representação*. O que significa que se trata de palavras, ou conceitos, que fazem parte do campo semântico da Psicologia Social de orientação cognitiva. São eles: *atitude*, *representação social* e *esquema*, este último englobado na tradição da Cognição Social.

Da história recente da Psicologia Social, para chegarmos à história dos conceitos em análise, torna-se necessário recordar que ela foi atravessada por três grandes paradigmas – o psi-

<sup>a</sup> Este texto constitui uma parte da aula apresentada, em 1994, no ISCTE, para Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, elaboradas sob a orientação da Prof<sup>ª</sup> Maria Benedicta Monteiro. A ela e ao Prof. Jorge Vala gostaria de agradecer as sugestões feitas a versões anteriores.

canalítico, o comportamentalista e o cognitivista –, que é no âmbito do último que nos situamos, mas que este, como todos os paradigmas, engloba em si diferentes pressupostos, teorias e modelos, e é também em relação a estes que os conceitos adquirem o significado final com que cada autor os utiliza.

Assim, para terminar, estabeleçamos a acepção em que o termo *paradigma* vai ser usado ao longo do texto. Todas as teorias se fundam sobre determinados pressupostos ou afirmações de princípio muito gerais que os cientistas nem sempre explicitam claramente, mas que justificam as suas opções tanto a nível teórico como metodológico, e delimitam a porção de realidade a que irão atender. A este conjunto orientador de pressupostos propôs Kuhn (1962-70) que se chamasse *paradigma*, e segundo ele «Men whose research is based on shared paradigms are committed to the same rules and standards for scientific practice» (p. 11). No entanto, o conceito de *paradigma* em Kuhn surge como um conceito polisémico, e para além deste primeiro sentido ele vai conferir-lhe ainda (pelo menos) outros dois (Morgan, 1980). Assim, em Kuhn o termo tanto se refere a 1) uma visão do mundo, ou conjunto orientador de pressupostos básicos sobre a realidade; 2) às escolas de pensamento que coexistem orientadas por uma mesma visão da realidade; 3) a um conjunto de instrumentos teóricos e práticos a que os cientistas recorrem na sua prática quotidiana (Morgan, 1980). Morgan (1980) propõe que se reserve o termo *paradigma* para a primeira acepção, se recorra a *metáfora* para a segunda e que se fale

de *resolução de problemas (puzzle-solving)* para a terceira. Na exposição que se segue adopta-se esta proposta de Morgan, falando-se de paradigma para o conjunto de pressupostos básicos que definem uma visão da realidade, de metáfora ou perspectiva para um conjunto ainda alargado de pressupostos derivados dos primeiros, e considera-se que as teorias e modelos se situam no terceiro nível.

Assim, nas páginas seguintes, balizadas por estes pressupostos, apresenta-se em primeiro lugar uma definição sumária dos três conceitos – atitude, representação social e esquema (para uma definição mais alargada, que sobrecarregaria este texto, cfr. Castro, 1994). De seguida, recorre-se a alguns eixos organizadores para comparar as três tradições que os englobam, procurando estabelecer semelhanças e diferenças entre elas. O objectivo é encontrar alguns eixos mais ou menos globais que permitam situar as três tradições e constituir uma forma de reflectir sobre as suas semelhanças e diferenças, e assim contribuir para o esboço de um mapeamento da disciplina de Psicologia Social.

## 2. Definições e génese temporal das tradições.

### 2.1. Atitudes.

Poderíamos listar um sem-número de definições de atitude, uma vez que, das três em análise, se trata da mais antiga das tradições e, ao longo do tempo, as definições de diferentes autores foram variando (ver Lima, 1993). Em qualquer caso, actualmente todos parecem

de acordo que as atitudes se referem a experiências subjectivas, estão representadas na memória dos indivíduos, são referidas a um objecto, é possível distinguir nelas antecedentes e consequentes cognitivos, comportamentais e afectivos e a avaliação constitui o seu aspecto central (Olson e Zanna, 1993; Lima, 1993).

Como se disse, trata-se de uma tradição antiga – o conceito de atitude impôs-se na Psicologia Social depois de a noção ter surgido como central na obra de Thomas e Znaniecki, em 1918. Trata-se, então, de um conceito que há quase um século vem recebendo atenção na Psicologia Social

### 2.2. Representações sociais.

Para Moscovici (1981) uma representação social constitui «um conjunto de conceitos, preposições e explicações criado na vida quotidiana no decurso da comunicação inter-individual. São o equivalente na nossa sociedade dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem ainda ser vistas como a versão contemporânea do senso-comum».

O conceito nasce com a obra de Moscovici *La Psychanalyse, son image et son public* (1961).

### 2.3. Esquemas.

De acordo com Fiske e Taylor (1991) os esquemas são estruturas cognitivas que armazenam o nosso conhecimento sobre os estímulos, incluindo os atributos e as relações entre eles, e que orientam a nossa percepção, a nossa memória e as inferências que fazemos.

A noção de esquema, incluída na tradição da Cognição Social, começa a impor-se a partir também dos anos 60.

### 3. *Semelhanças e diferenças.*

Passemos agora a tentar estabelecer algumas dimensões nas quais as três tradições em análise – Atitudes, Representações Sociais e Cognição Social – possam ser comparadas.

#### 3.1. Da importância da geografia.

Talvez valha a pena começar por analisar as diferenças entre estes conceitos e tradições de pesquisa situando-os a partir de um critério geográfico, já que, ao que parece, os conceitos não só têm uma história, mas também um lugar de nascimento. Esclareça-se, assim, que desde o início só dois lugares geográficos parecem estar em causa quando se fala da Psicologia Social: Europa e Estados Unidos, ou América do Norte, se se quiser incluir o Canadá. Estes dois lugares de nascimento correspondem às duas grandes Associações de Psicólogos sociais que congregam a maioria da classe: a European Association of Experimental Social Psychology e a Society for Experimental Social Psychology.

Deste ponto de vista, a pesquisa sobre as Representações Sociais não há dúvida de que nasceu na Europa e na Europa se tem desenvolvido quase exclusivamente. Mais ainda: «A teoria das RS tem tido uma difusão até agora limitada aos investigadores com acesso e familiaridade com a língua francesa (...) e um acolhimento tímido, e nem

sempre favorável, dos investigadores britânicos» (Jesuino, 1993, p. 55)

A investigação no âmbito da Cognição Social, e portanto com recurso aos conceitos de esquema ou protótipo, por sua vez, é de origem indiscutivelmente americana<sup>1</sup>. É foi a partir dos Estados Unidos que a sua hegemonia das últimas décadas se impôs, muito embora esta corrente tenha profunda influência nas investigações europeias, muitas das quais se desenrolam com recurso aos seus pressupostos. Aliás, durante os anos que mediaram entre 1981 e 1989, as investigações sobre Cognição Social publicadas na revista da associação europeia parecem ter sido tão numerosas quanto as publicadas na revista da associação americana (ver Jesuino, 1993).

Quanto à tradição que recorre ao conceito de atitude, o seu estatuto geográfico é mais complexo, o que não é de admirar, pois trata-se de uma tradição mais antiga. Assim, nos primórdios da investigação sobre atitudes encontramos europeus (Thomas e Znaniecki) e encontramos americanos (Allport); continuamos depois a encontrar europeus a viver nos Estados Unidos (Lewin) a influenciar a pesquisa sobre as atitudes através dos seus discípulos (Festinger). Por fim, entre os anos 70 e os 80 encontramos um interesse tanto americano como europeu nas investigações sobre mudança de atitudes (ver Jesuino, 1993), e hoje em dia o ressurgimento do interesse nas atitudes, agora do ponto de vista estrutural, parece ainda não ser específico de nenhum dos lados do Atlântico.

### 3.2. Algumas questões ontológicas e epistemológicas.

As teorias em Psicologia Social foram, ao longo do tempo, como já se disse, surgindo filiadas em diferentes paradigmas, e partem, evidentemente, também de determinados pressupostos sobre qual é a natureza do Homem e qual é a natureza da Realidade – ontologia – e sobre qual é o tipo de relações que o sujeito que conhece pode estabelecer com o seu objecto de conhecimento – epistemologia. Tentemos, então, perceber quais são esses pressupostos e se se assemelham para as três tradições teóricas aqui em confronto.

*A representação.* Quando reflectimos sobre qual é a natureza do Homem e da realidade, e que relações mantêm entre si, surge imediatamente uma primeira cadeia de interrogações a que não é possível fugir. A primeira questão desta cadeia pode ser enunciada da seguinte forma: «é ou não da natureza do homem desenvolver representações sobre o mundo?» Esta questão, de carácter ontológico, pode ter uma resposta afirmativa ou negativa, e ambos os casos têm consequências para a Psicologia. No entanto, ela relaciona-se com duas questões de carácter mais epistemológico, sobre as quais a Psicologia se tem verdadeiramente debruçado, e que se podem resumir assim: 1) é ou não relevante ter acesso às representações para compreender o comportamento humano, e 2) é ou não possível aceder-lhes.

Caso a resposta seja negativa, ou seja, no caso de o nosso pressuposto de partida ser o de que as representações

não são relevantes para compreender o comportamento das pessoas, as implicações para a Psicologia são a necessidade de adoptar modelos comportamentalistas de explicação do comportamento, do tipo S-R, nos quais nenhum organismo mediador com faculdades representacionais se intromete entre os estímulos e as respostas, ou seja, modelos para os quais a questão da representação se não põe. Se porém, respondemos pela afirmativa a esta questão, ou seja, se defendemos que não é possível fazer Psicologia sem estudar estas representações, temos de partir de modelos do tipo S-O-R, ou seja, modelos que aceitam que entre o mundo externo e os comportamentos dos sujeitos existe um organismo que recorre a uma série de processos psicológicos (sensação, atenção, percepção, memória) para representar aquele mundo.

No entanto, uma vez respondida pela afirmativa esta questão levanta uma outra: essas representações são capazes de nos dar o mundo como ele é, ou são sempre interpretações dele? Por outras palavras, os modelos psicológicos que partem do princípio que é da natureza do homem representar a realidade, e que estas representações são relevantes para compreender o seu comportamento, defendem que é da natureza da realidade deixar-se representar como é, e da natureza do homem ser capaz de o fazer? Ou seja, estas novas questões acarretam a aceitação de que o conhecimento se faz numa relação entre um sujeito e um objecto de conhecimento, e a necessidade de questionar essa relação.

Sobre este assunto, duas respostas antagónicas podem ser recensadas na

Psicologia Social: somos capazes de desenvolver representações do mundo como ele é; só somos capazes de representar interpretações dele.

Se se opta pela primeira, a versão «optimista», então, continuamos situados, na Psicologia Social, em modelos do tipo já mencionado, de S-O-R: aceitamos que, um dia, haveremos de conhecer tão perfeitamente os mecanismos e conteúdos representacionais do organismo e os factores do estímulo, que seremos capazes de prever as respostas dos indivíduos. Um exemplo desta posição seria a abordagem da percepção proposta por Bruner e colaboradores no final dos anos 50 e que ficou conhecida como o *New Look*, pois ela «considera a existência de uma realidade objectiva e independente da actividade cognitiva dos indivíduos» (Vala, 1993, p. 371)

Trata-se de uma posição para a qual o papel dos Psicólogos é o de «observadores externos de uma realidade supostamente objectiva, cuja descoberta é a sua missão científica (tanto mais científica quanto a independência entre o observador e o observado estiver assegurada metodologicamente, e os fenómenos observados forem replicáveis por observadores independentes dadas as mesmas circunstâncias)» (Soczka, 1993, p. 387).

É, no entanto, possível escolher a segunda posição, aquela que acredita que a realidade em si não nos pode ser dada, ou que não podemos aceder a ela, e que, portanto, só teremos sempre acesso a interpretações dela. E assim: «Nós percebemos e comportamo-nos orientados por mentes que já possuem estruturas precondicionadas para determinar, em grande

parte, o mundo da nossa experiência directa. (...) A nossa compreensão daquilo a que chamamos factos é, assim, já uma parte dos próprios factos» (Moscovici, 1989, p. 415). Consequentemente, nunca nos encontraremos com a informação, ou a realidade em si. O que se passaria, sim, é que constantemente aplicamos teorias, ou filtros, à realidade, e só temos acesso a mundos filtrados por essas teorias.

No caso de escolhermos a opção «pes-simista» de que a realidade em si nos estará sempre vedada, resta-nos, na Psicologia, optar por modelos de tipo O-S-O-R, ou seja, modelos que partem do pressuposto de que as interpretações do organismo não medeiam apenas a relação entre o estímulo e a resposta, mas que elas já se encontram antes do estímulo, ou seja, são como filtros que determinam o que do estímulo será percebido, retido, processado. Trata-se, portanto, de modelos que partem duma concepção da cognição humana como sendo principalmente orientada das teorias para os dados, isto é, como funcionando em modo *top-down*. A alternativa seria conceber a cognição como funcionando em modo *bottom-up*, ou seja, dos dados para a teoria.

De modelos do tipo O-S-O-R se reclamam explicitamente tanto a Teoria das Representações Sociais como a perspectiva da Cognição Social.

A propósito da Cognição Social, esta posição é claramente enunciada por Markus e Zajonc: «Na verdade, a abordagem actual do comportamento tem que ser representada como O-S-O-R. Reconhece-se, hoje em dia que, para além de os estados internos do organismo constituírem mediadores entre

os estímulos do meio e as respostas, o organismo selecciona também quais são os estímulos que receberão atenção e aqueles que serão ignorados» (1985, p. 138).

A propósito da Teoria das Representações Sociais, a mesma posição pode ser encontrada em Vala (1993) ou Jodelet (1989) também de forma muito clara, afirmando esta última autora que, desde o início, Moscovici, ao estabelecer os princípios programáticos das representações sociais, defende que não há corte entre o universo exterior e o universo interior dos indivíduos ou dos grupos, o que é o mesmo que dizer que a representação determina tanto a resposta como o próprio estímulo (Jodelet, 1989, p. 39).

Temos, portanto, que ambas estas tradições partem do pressuposto de que os indivíduos desenvolvem representações do mundo, e ambas tomam posições em que defendem que estas representações são interpretativas.

Consideremos então esta como uma *primeira dimensão* para análise e consideremo-la como *um contínuo*, em que num dos pólos encontramos a ideia de que desenvolvemos representações do mundo como ele é, e no pólo oposto a outra posição extrema que apenas admite que tenhamos acesso a interpretações do mundo.

Se raciocinarmos sobre um contínuo deste tipo, parece ser possível encontrar na literatura indicadores de que a Teoria das Representações Sociais se encontra mais próxima do pólo «sómente interpretações» do que a tradição da Cognição Social.

Que indicadores são esses?

Em primeiro lugar, a Cognição Social admite mais claramente uma interac-

ção entre dados e teorias, pois a própria noção de *processamento da informação* implica esta interacção entre o que está na nossa mente e o que está no mundo, ou na realidade.

Por outro lado, esta corrente tem-se mesmo, nos últimos anos, interessado bastante por esclarecer e mapear as condições concretas em que há maiores probabilidades de que ocorra um processamento do tipo orientado pelos dados (ver, por exemplo, Fiske e Neuberger, 1990<sup>2</sup>; Rusher e Fiske, 1990). Isto é, tem começado a procurar esclarecer as circunstâncias motivacionais que predis põem a um processamento da informação mais correcto, no sentido de menos sujeito à aplicação de esquemas ou menos orientado por teorias (*theory-driven*), e que constitua, portanto, uma melhor réplica da realidade. O que implica que para esta perspectiva as representações são entendidas como o reflexo de um objecto, e que *se o sujeito se esforçar*, esse reflexo pode ser fiel à realidade.

Será talvez este interesse da Cognição Social pelas condições em que o processamento da informação é mais orientado pelos dados do que pelas teorias o que leva Goodnow e Collins a afirmarem que «Na maior parte das investigações experimentais da cognição social, as pessoas são vistas a encontrar «informação», assumindo-se que a informação equivale a dados que estão «aí», à espera de serem descobertos» (1990, p. 81).

A Teoria das Representações Sociais, por sua vez, desloca-se menos da ideia de que todo o conhecimento é interpretação, sendo de notar que a questão de saber se estas interpretações são ou não falsas não é a que interessa às

Representações Sociais, preocupadas antes em perceber qual o papel social elas desempenham, e concebendo o conhecimento como algo que se gera nas relações entre os indivíduos. É na perspectiva da Cognição Social que muitas vezes estas interpretações são abordadas enquanto erros do sujeito, e do seu processamento da informação. Consideremos agora estas mesmas questões a propósito dos estudos sobre atitudes. Estes estudos passaram por várias fases no seu desenvolvimento, e continuam atravessados por diversas polémicas. Deste modo, é uma tradição menos unitária do que as duas já discutidas, e, conseqüentemente, mais difícil de situar face às questões levantadas, nomeadamente porque, dada a sua antiguidade, o conceito foi também sendo alvo de apropriações por parte de mais de uma orientação e mesmo mais de um paradigma.

Por exemplo, o paradigma comportamentalista está representado no estudo das atitudes através de autores como Bem, que sublinha os antecedentes comportamentais das atitudes, afirmando que as atitudes são inferidas pelos indivíduos a partir da observação dos seus próprios comportamentos. Deste modo «as afirmações [atitudinais] de um indivíduo são funcionalmente equivalentes às que qualquer observador exterior poderia fazer sobre ele» (Bem, 1967), não sendo sequer necessário postular a primazia de processos cognitivos para a construção das atitudes.

Já a perspectiva da Cognição Social, por sua vez, se encontra representada por autores como Abelson (1976), que define atitude como o conjunto de *scripts* relativos a um objecto, acentuando antecedentes cognitivos.

A Teoria das Representações Sociais, por sua vez, também se propõe reconceptualizar o conceito, considerando que as atitudes devem ser entendidas como componentes das representações sociais: «As representações sociais são sempre tomadas de posição simbólicas, organizadas de diversas formas, por exemplo, como opiniões, *atitudes* ou estereótipos» (Doise, 1989, p. 228; *itálico meu*).

Objecto de todas estas reconceptualizações e apropriações, não é, portanto, possível, situar de uma vez por todas o conceito de atitude face às questões levantadas: cada apropriação terá que ser analisada como um caso em si.

*A categorização.* Estabelecida uma primeira dimensão comparativa, e situadas as tradições em relação a ela, retomemos de novo a nossa cadeia de questões.

Se se aceita a ideia de que construímos representações do mundo e que, ou todas ou, pelo menos, muitas destas representações são baseadas mais nas interpretações que dele fazemos, do que no mundo «em-si», duas questões se podem (têm que se?) pôr a seguir: 1) qual é a natureza dessas representações, isto é, o que são e como estão elas organizadas, arrumadas, na nossa mente; 2) como é que se originam essas representações, ou seja, como foram lá parar e como se formaram.

Peguemos na primeira questão, a de saber *o que são* essas representações. Parece não haver muitas dúvidas que elas são, precisamente, conceptualizadas como atitudes, esquemas, protótipos, representações sociais, estereótipos, etc. Ou seja, são conceptualiza-

das como diferentes tipos de categorias, e, portanto, como resultantes de um processo de simplificação e ordenação da realidade, o processo de categorização, ou de partição do mundo em categorias hierarquizadas e cruzadas.

Por exemplo, supunhamos que vamos aos Alunos de Apolo assistir à final do campeonato de dança de salão Portugal-Espanha. Quando entramos na sala, o nosso comportamento, bem como a nossa percepção, são orientados por alguns critérios categoriais básicos: dividimos o que está na sala em objectos e pessoas, e estas, por exemplo, em homens e mulheres, e obtemos uma hierarquia. Mas como os homens e as mulheres podem ser, tanto umas como outros, de nacionalidade espanhola ou portuguesa, bonitas(os) ou feios(as), velho(as) ou novas(os), temos também categorias cruzadas.

Qual é a utilidade que pode ter para nós este processo básico de categorização? Esta utilidade parece depender das suas características, que Allport (1954) já organizava da seguinte forma: 1. permite formar grandes conjuntos e tipificar qualquer acontecimento particular; 2. integra o máximo de informação em cada conjunto; 3. permite identificar rapidamente qualquer elemento, através dos sinais activadores da categoria; 4. os elementos da categoria têm todos a mesma carga emocional.

Aplicando estas características ao exemplo da entrada na sala dos Alunos de Apolo, é fácil de ver a enorme utilidade deste processo, simultaneamente informativo e económico: constituindo diferenças, é informativo por-



que permite aplicar os conteúdos de cada categoria (os estereótipos, esquemas, atitudes, representações sociais, scripts que lhe estão ligados) aos elementos da categoria; ao mesmo tempo, permite tratá-los a todos como equivalentes, o que é muito económico em termos de orientação do comportamento. Ou seja, estabelecendo uma diferença entre coisas e pessoas e aplicando o que sei sobre estas categorias, imediatamente o meu comportamento vai diferir em relação a umas e outras, e não é provável que encomende a minha bebida a uma coluna, nem, por outro lado, que considere cada um dos empregados do bar como ser único e particular, mas antes que os olhe a todos como equivalentes do ponto de vista da categoria «empregado de Bar», e os identifique rapidamente através dos «sinais activadores da categoria» e, ainda, que sinta face a qualquer um deles, a mesma alegria por poder aliviar a minha sede.

Estes princípios básicos da categorização podem ser encontrados em qualquer uma das abordagens – atitudes, representações sociais, cognição social – que estão a ser confrontadas. Trata-se, portanto, de mais um aspecto em que elas se assemelham.

Passemos, agora, à segunda questão que pode ser levantada a propósito da categorização, e que respeita à formação das categorias.

Este assunto é discutido em algum detalhe por Schewder e Miller (1985), num artigo em que partem de uma distinção entre três tipos de teorias sobre a formação de categorias: «a) *teorias realistas*, as quais argumentam que as categorias em que dividimos o mundo dependem das características do

mundo; b) *teorias inatistas*, que defendem que a maneira como categorizamos o mundo depende das características das pessoas; e c) *teorias da construção social*, que argumentam que a maneira como categorizamos o mundo depende do facto de participarmos de práticas sociais, instituições e outras formas de acção simbólica, (por exemplo a linguagem) as quais pressupõem ou tornam salientes certas categorizações. (...) O componente social destas teorias é a ideia de que as categorias são recebidas, e não individualmente inventadas» (p. 41; *italico* nosso). Trata-se, portanto, de teorias que não discutem se categorizamos ou não, visto que tomam como ponto assente que o fazemos, mas como é que categorizamos. Por outras palavras, trata-se de discutir: 1) quais são os *critérios* a partir dos quais estabelecemos as divisões: porque motivo dividimos as pessoas na sala em homens e mulheres, espanhóis e portugueses, empregados e clientes e não em pessoas de olhos azuis e pessoas de olhos castanhos? É, portanto, o mesmo que perguntar se as categorias que formamos podem ser consideradas categorias naturais ou artificiais (Schewder e Miller, 1985); 2) Como são adquiridos os conteúdos dessas categorias, as informações que cada uma contém.

Para melhor explicar as diferenças entre estas três teorias, voltemos ao nosso exemplo. A teoria *realista* admite que, se ao entrarmos na sala dos Alunos de Apolo, dividimos, por exemplo, as pessoas que lá estão em homens e mulheres, é porque o mundo é assim mesmo, composto de indivíduos de dois sexos, e sendo estes diferentes entre si, as categorias que formamos reflectem

essas diferenças. Ou seja, não há aqui nenhuma intromissão das actividades cognitivas do sujeito, é o mundo que lhe impõe as suas características, através das diferentes sensações que faz chegar até ele. Tendo em conta o que foi dito até agora, esta teoria é incompatível com modelos do tipo O-S-O-R.

A teoria *inatista*, por sua vez, diria que se categorizamos o mundo daquela maneira é porque faz parte das nossas características de sujeito fazê-lo: os critérios de divisão seriam dependentes das propriedades do nosso sistema cognitivo, que impõem uma ordem ao mundo, que o mundo não tem em si, e a origem dos critérios pode ser considerada individual, bem como a dos conteúdos, dependentes de processos cognitivos.

Quanto à teoria que Schewder e Miller (1985) denominam *construcionismo social*, ela defende que se fazemos essas diferenciações é porque aprendemos que aqueles critérios (sexo, nacionalidade, profissão) são socialmente relevantes, ou seja, a origem dos critérios de divisão pode ser considerada social. Estas duas teorias podem ambas ser compatibilizadas com modelos O-S-O-R, pois pressupõem um sujeito, ou um organismo, que organiza os estímulos. Porém, diferem uma da outra na *gênese das categorias*: social ou individual.

*Origem social ou origem individual das categorias.* Segundo Harré (1979; 1989) essa questão remete igualmente para uma dimensão com duas alternativas: as representações precisam do grupo para existir, ou seja, a sua locali-

zação é colectiva, ou elas não necessitam do grupo para se formarem e funcionarem, e, nesse caso, a sua localização é individual.

Referindo-se a esta mesma questão, de Rosa (1990) compara assim a pesquisa em cognição social e no âmbito das representações sociais: «As diferenças [entre as duas perspectivas] aparecem na aceção do conceito de 'social', o qual para uns consiste numa pura *partilha interindividual de conhecimentos*, e para outros no *elemento gerador do próprio conhecimento*» (p. 77, itálico no original).

Se os critérios e conteúdos da categorização são individualmente gerados, eles têm que ser aprendidos por experiência, e por abstracção e generalização dessa experiência. Se são sociais, eles são aprendidos no seio da nossa cultura e dos nossos grupos, são-nos ensinados e correspondem a interpretações socialmente sancionadas da experiência dos indivíduos.

Vejamos agora as posições face a estas questões das três tradições em análise. Segundo Markus e Zajonc «As estruturas cognitivas geram-se a partir de experiências passadas com muitos exemplares dos conceitos complexos que elas representam. As estruturas cognitivas simplificam e assim permitem ao percipiente reduzir um meio extremamente complexo a um número comportável de categorias com significado» (1985, p. 143). E ainda: «Estas 'teorias' [os esquemas] nascem de generalizações da nossa experiência com o mundo social» (1985, p. 145). Ou seja, os esquemas, segundo Markus e Zajonc (1985) são construídos tendo por base a experiência dos indivíduos. O mesmo se passa com os protótipos.

Não é possível, no âmbito do presente texto, entrar em detalhes<sup>3</sup>, mas a formação dos protótipos, em torno dos quais se organizam as categorias, é igualmente concebida como um processo que resulta da experiência individual de cada sujeito, que, com o seu equipamento cognitivo, inicia a sua vida cognitiva.

Isto no que toca aos critérios de construção de categorias: para os conceitos da cognição social estes critérios parecem advir da acumulação de experiências com exemplares da categoria e progressiva constituição dos seus protótipos, os quais, por sua vez, quando constituídos, fixarão a categoria.

Quanto, agora, aos conteúdos das categorias, ou dos esquemas, ou características dos protótipos: estes parecem ser concebidos como resultando igualmente da experiência individual, e mesmo, em alguns casos, o seu conteúdo parece depender de características dos processos cognitivos. Um exemplo que ajudará a esclarecer esta afirmação é o do das «correlações ilusórias» (Hamilton, 1981). Como é sabido, Hamilton propõe uma explicação para os estereótipos que radica num processo cognitivo – o enviesamento baseado na saliência dos estímulos. Assim seria possível explicar como se formam os conteúdos dos estereótipos, sem necessidade de recorrer senão a processos cognitivos individuais. Mais ainda, este processo da «correlação ilusória» tanto se aplica a estímulos sociais como a estímulos físicos, surgindo, portanto, como independente dos conteúdos.

Também dentro desta lógica Markus e Zajonc (1985), quando revêem a literatura sobre esquemas, protótipos e

*scripts* falam do objecto de estudo da psicologia social como sendo a *social mind*.

Vejamos agora o que os autores que trabalham no âmbito da tradição das representações sociais têm a dizer sobre este assunto.

Numa reflexão sobre estas questões, Semin afirma explicitamente sobre a teoria das representações sociais que ela «é uma abordagem psicossociológica que acentua a *natureza social da classificação e da categorização*» (1989, p. 240, itálico meu). E quando compara a teoria das representações sociais com os trabalhos que partem da noção de protótipo, e portanto, se desenrolam na tradição da Cognição Social, afirma ainda: «Enquanto que a abordagem das representações sociais acentua a indispensabilidade do elemento social e defende que os processos de categorização não podem ser reduzidos à dimensão individual e subjectiva, a abordagem prototípica faz precisamente o oposto. Para além disso, ainda que declare trabalhar sobre as categorias sociais o seu objectivo é, antes de mais, examinar a organização e a representação das categorias na ‘mente’ do indivíduo» (1989, p. 245).

E Abric (1989), por sua vez, afirma que uma representação social «(...) é determinada pelo próprio sujeito (pela sua história, a sua experiência), pelo sistema social e ideológico no qual se insere, e pela natureza dos laços que mantém com aquele sistema social» (p. 188). Trata-se, portanto, de uma tripla determinação: a história individual dos indivíduos, o sistema de ideias e de estruturação social em que ele se insere e as relações que ele mantém com esse sistema.

Deste modo, as representações sociais encontram aqui uma conceptualização das suas origens que tem que ser entendida em dois níveis diferentes: um nível individual, em que os sujeitos, por assim dizer, absorvem da sua cultura, através da sua experiência individual, as representações das categorias já socialmente definidas como relevantes; um segundo nível, em que essas representações são concebidas como determinadas pelas interações e relações entre os indivíduos e entre os grupos.

Quanto aos *critérios* que definem as categorias como socialmente relevantes, Harré (1989), por exemplo, defende que eles devem ser procurados desde logo na própria linguagem. Para este autor, que vem insistindo na necessidade de a psicologia encontrar conceitos que sejam capazes de nos ajudar a pensar melhor a articulação entre o pessoal e o social (Harré, 1979), o conceito de representação social estará bem colocado para contribuir para esta articulação, sobretudo se não se esquecer de que as práticas linguísticas são o suporte das representações sociais: «Qual é o modo de existência das representações sociais e como é que elas se articulam com as acções individuais? As representações sociais existem nas estruturas formais, sintáticas, das línguas faladas e escritas, assim como na organização semântica dos seus léxicos. (...) O princípio da teoria é simples: inúmeras representações sociais importantes são adquiridas enquanto crenças individuais no decurso da aprendizagem de uma língua, e em particular da língua materna» (pp. 133-34).

Quanto às atitudes, os argumentos expostos sobre a questão da representação podem ser utilizados para situar esta tradição face a estas questões: tudo depende dos paradigmas e perspectivas de onde a definição de atitude com que os autores trabalham foi derivada.

*Conteúdos e processos.* Uma questão relacionada com as da categorização e aquisição dos conteúdos das categorias, e que vem ajudar a estabelecer a posição respectiva de cada uma destas tradições, é a da importância relativa atribuída ao *conteúdo* e aos *processos* na investigação sobre a cognição.

O que acabou de se expor sobre a teoria das representações sociais tem como consequência que ela é defensora da necessidade de atender tanto aos processos cognitivos como aos conteúdos sobre os quais se exercem. Isto é, se se postula a necessidade de desenvolver conceitos que possam articular o social e o individual, que possam fazer-nos pensar como é que as representações e as práticas delas decorrentes podem reflectir as posições dos indivíduos nos seus grupos e a interacção entre estes, é necessário atender simultaneamente aos significados daquilo que está a ser dito entre os indivíduos, e aos processos socio-cognitivos de transformação do que é dito nessas interacções. Moscovici: «Não há dúvida de que a dificuldade reside na articulação dos modos de pensamento com os conteúdos. É um facto que os psicólogos não apreciam os conteúdos e prefeririam mantê-los fora da psicologia, tal como os linguistas prefeririam excluir a semântica. Na vida social, contudo, temos que lidar

com os conteúdos, e enquanto eles forem negligenciados, só nos resta provar uma e outra vez a correcção das mesmas afirmações ditas de outra maneira» (1989, p. 423). Recentemente, no entanto, alguns investigadores da área das Representações Sociais têm feito um esforço de compreensão dos processos sociocognitivos implicados nas representações sociais. Ele está patente em trabalhos como os de Wagner e colaboradores (1993), sobre a metáfora como uma das formas de objectivação; Elejabarrieta *et al.* (1993) sobre a objectivação; e Flament (1989), com recurso às noções de «núcleo central» e «elementos periféricos».

Quanto à Cognição Social, parece interessar-se fundamentalmente pelos processos (Schneider, 1991) deixando de lado os conteúdos sobre os quais se exercem, já que os processos se assemelharão para todos os indivíduos. Por outras palavras: os processos cognitivos seriam universais, independentes do conteúdos sobre os quais se exercem e o objectivo da cognição social seria estudá-los, mapeá-los e perceber as condições em que é mais provável que ocorra o processo *a*) ou o processo *b*). Exemplo destes processos universais é o da «correlação ilusória», que já foi mencionado.

Em relação às Atitudes, a história dos estudos com este conceito parece ter-se desenrolado dando em primeiro lugar atenção quase exclusiva aos conteúdos, no decorrer da era da medição das atitudes (ver McGuire, 1986). Depois, mal se instalaram as primeiras polémicas sobre a relação das atitudes com o comportamento e sobre os antecedentes e consequentes das atitudes (ver, por exemplo, Zanna e Rempel,

1988), para as tentar esclarecer tornou-se necessário conceder importância tanto a conteúdos como a processos. Hoje em dia, os estudos interessam-se em conjunto por estas duas vertentes (ver, por exemplo, Rasinski, 1991), uma vez que não é possível prescindir dos conteúdos se se concebe as atitudes como sendo sempre referidas a um objecto, nem se pode deixar de pesquisar os processos pelos quais se formam e aqueles que elas originam.

### 3.3. Imagens do Homem.

*Homem activo ou homem passivo.* Para completar esta breve reflexão sobre os grandes pressupostos das três tradições em análise, recorramos agora a uma proposta teórica de organização das teorias em Psicologia Social, da autoria de McGuire (1980).

Segundo McGuire (1980) as teorias em psicologia social podem ser classificadas em dois grandes tipos: teorias *sistemáticas* (*system theories*) e teorias *ideias-guia* (*guiding-idea theories*). As primeiras consistem num conjunto de axiomas básicos dos quais vão sendo derivados teoremas testáveis. São teorias num sentido mais lato. As segundas focalizam apenas uma das tendências, entre outras, que motivam o comportamento dos indivíduos, portanto têm um sentido mais restrito, pois, segundo o mesmo autor, muitas são as tendências a que é legítimo e possível recorrer para explicar o comportamento.

Segundo McGuire (1980) é possível distinguir *quatro dimensões bipolares*, que, cruzadas umas com as outras, resultam nas 16 *ideias-guia* que podem

ser recenseadas como estando por detrás da investigação em psicologia social neste século.

Dessas quatro dimensões bipolares, vamos aqui retomar apenas duas, para efeitos de comparação entre as três tradições que abordamos.

A primeira dessas dimensões é a que ele denomina *activa-reactiva*. Isto é, segundo o autor, quando tentamos explicar o comportamento das pessoas podemos partir do pressuposto de que os seus comportamentos são iniciados por forças internas ao organismo ou que eles não passam de uma reacção a estímulos do mundo externo.

É claro que se reconhecem nesta dimensão ecos da questão, que se começou por discutir, sobre a natureza da realidade ser externa ou independente de qualquer interpretação, ou interna e sempre dependente de interpretações. No caso de se conceber a natureza da realidade como externa ao homem, pode sempre haver mais ou menos espaço para uma interpretação do comportamento como passivo, pois guiado por ela, ou guiado pelos dados, como já se disse. No caso de ela ser concebida como sempre dependente de interpretações do sujeito, não é de todo possível deixar de falar de motivos internos para o comportamento, ou de um sujeito activo, sempre guiado pelas suas teorias sobre os dados.

Neste sentido, todas as nossas três tradições se assemelham, ao considerar os indivíduos activos. Uma vez mais, ressalva feita a alguns autores que trabalham com uma definição de atitude baseada nas ideias comportamentalistas, como já vimos que era o caso de Bem (1967).

*Homem afectivo ou homem cognitivo.* A segunda dimensão que McGuire (1980) distingue e aqui abordaremos opõe o pólo cognitivo ao afectivo. Ou seja, algumas das teorias em psicologia são mais orientadas pela ideia de que os indivíduos são motivados por razões cognitivas e outras são mais orientadas pela ideia de que eles são motivados por razões afectivas. Por outras palavras, alguns autores consideram mais adequado procurar nas emoções as motivações para o comportamento, enquanto que outros concedem primazia às cognições, afirmando que elas determinariam as próprias emoções.

Parece relativamente pacífico que até agora a investigação e teorização em cognição social, bem como no âmbito das representações sociais, se têm preocupado mais com o componente cognitivo do que com o afectivo. Mesmo mais do que isso: para estas duas correntes o comportamento humano depende mais das cognições do que dos afectos, sendo estes tornados em muitos modelos dependentes das cognições, e não vice-versa. Claro que este estado de coisas tem sido acompanhado por um reafirmar periódico da necessidade de retomar os estudos da motivação e emoção. Por exemplo, do lado da Cognição Social, Pittman e Heller (1987) expressam assim o que tem caracterizado esta questão: «Dada a ênfase, se não mesmo a obsessão actual com os estudos de cognição social, facilmente um revisor da literatura se pergunta o que aconteceu à motivação. Contudo, enquanto que durante a última década e meia o interesse na motivação social foi preterido em favor do interesse na cognição 'fria'

(Jones, 1985), hoje em dia vemos sinais de um interesse renovado em algumas áreas que relacionam processos motivacionais e cognitivos» (p. 461).

Em relação aos trabalhos desenvolvidos no âmbito das Representações Sociais, esta questão não é muito clara. A maioria deles reflecte uma opção por uma concepção de Homem na qual a primazia é dada à cognição, e mesmo quando os autores discutem a dimensão atitudinal das representações sociais (ver Doise, 1989), não discutem se as atitudes estão a ser consideradas com ênfase nos seus componentes afectivos ou nos seus componentes cognitivos.

Quanto às atitudes, esta questão é também complexa. Dos autores que partilham uma visão uni-dimensional das atitudes alguns, como Fishbein e Azjen, defendem que as respostas afectivas são baseadas nas cognições (ver Zanna e Rempel, 1988). Outros acreditam que as preferências podem ser baseadas nas emoções, isto é, determinadas pelos afectos em si (Zajonc, 1980; Abelson *et al.*, 1982), de modo que, mais uma vez, não é possível encontrar, em relação a este conceito, uma posição unitária. De qualquer modo, a tradição das atitudes é ainda, das três, aquela na qual é mais fácil encontrar presente a dimensão afectiva do Homem.

#### 3.4. Algumas implicações metodológicas.

Os pressupostos epistemológicos e ontológicos que orientam cada uma destas tradições implicam, logicamente, determinadas orientações me-

todológicas. Vejamos brevemente em que diferem essas orientações metodológicas.

Começemos pelo lugar conferido à experimentação.

Para uma perspectiva como a da Cognição Social, preocupada com o entendimento dos processos, mais que com os conteúdos sobre os quais eles se exercem, o método experimental tem ocupado um lugar central e insubstituível. Esta corrente nasceu aplicando o método experimental e ele é a sua «imagem de marca». Segundo Jesuíno (1993), ela constitui hoje a ciência normal, no sentido de Kuhn, e nesse sentido o método experimental não pode ser substituído por nenhum outro.

Na pesquisa em representações sociais, porém, o método experimental, tendo embora lugar, não é visto como o único método. Uma vez que é necessário prestar atenção tanto aos conteúdos como aos processos, única maneira de salvaguardar a relação entre o social e o individual, o método experimental deve ser completado e acompanhado de diferentes métodos de recolha de dados, como questionários, análise da imprensa e análise dos *corpus* linguísticos produzidos pelos grupos sobre os objectos da representação. Abric (1989) resume assim esta questão: «deste ponto de vista a abordagem experimental pode apenas fornecer algumas respostas, fundamentais mas limitadas. Pois é no terreno que se elaboram, se vivem e se transformam as representações sociais. *E ninguém que se interesse por este tema pode considerar a abordagem experimental como exclusiva*» (p. 202; itálico meu). Quanto aos estudos sobre atitudes, mais uma vez convém referir que a

investigação de alguns autores se centra mais nos processos e a de outros nos conteúdos, o que resulta numa conjugação de métodos, o experimental e o de inquérito.

Decorrente da tomada de posição que concede primazia aos processos, também a cognição social se interessa mais pela explicação dos fenómenos, enquanto que Moscovici (1989) defende que as representações sociais se devem igualmente, senão mesmo prioritariamente, interessar pela descrição: «o nosso verdadeiro problema é sermos capazes de fornecer melhores descrições. São necessárias muitas descrições antes de sermos de capazes de dar algumas explicações. (...) Reabilitar a descrição implica que sejamos capazes de cumprir o que é esperado de nós: que estudemos um objecto comum com significado social reconhecido, sem tentar ao mesmo tempo fazer psicologia às escondidas. Não há dúvida de que mapear os factos é tarefa fundamental da ciência, mas é importante acima de tudo que ela seja capaz de alargar o leque dos factos e multiplicar as relações entre eles» (1989, pp. 424-25). O que não significa que Moscovici ponha em causa a experimentação, mas que a toma também como uma forma de observação.

Pela mesma lógica, defende ainda Moscovici (1989) uma concepção macroscópica do conhecimento, em que a psicologia social se encontre com os conhecimentos da sociologia e da antropologia – de modo a autonomizar-se da psicologia e a tornar-se uma antropologia da cultura moderna (1989, p. 411).

Já a Cognição Social, filiada aos paradigmas e métodos da psicologia cogni-

tiva geral, se preocupa mais com o estabelecimento de modelos microscópicos, e não há indicações de que deseje autonomizar-se da Psicologia: pelo contrário, nestes últimos anos tem vindo a reforçar cada vez mais os laços à psicologia cognitiva (Schneider, 1991).

#### 4. Conclusão.

Após esta breve, e necessariamente incompleta, comparação, parece fora de dúvida que as três tradições em confronto diferem nos seus pressupostos, bem como na posição que ocupam na Psicologia. Tentemos uma súmula final.

A tradição que se tem desenvolvido com recurso ao conceito de «atitude», parece ser precisamente uma tradição estruturada em torno de um *conceito*, sendo este atravessado por diferentes paradigmas e sujeito a diferentes definições, consoante os *paradigmas, metáforas e teorias* a que se filiam os autores. Tendo percorrido o século, foi sempre o conceito em si o fio condutor de uma tradição que a si mesma se pensa como estudando as *atitudes*, e nesse sentido é possível afirmar que se trata de uma tradição conduzida por um objecto de estudo.

A Cognição Social, por sua vez, parece encaixar com clareza no *paradigma* cognitivista, representar uma perspectiva conduzida pela *metáfora* do Homem como processador de informação, e incluir uma série alargada de *teorias e modelos* mais tópicos, ou específicos, testados pelo método experimental, e assentando em *conceitos* diversificados, como os de esquema,



estereótipo, *script* e protótipo. Neste sentido seria a tradição que mais se aproxima do que Kuhn denomina «ciência normal».

A tradição das Representações Sociais, por sua vez, desenrola-se dentro do *paradigma* cognitivista, recorrendo á *metáfora* do Homem social e reivindica-se igualmente como uma *teoria* assente sobre um *conceito* básico: o de representação social. É, portanto, neste sentido, uma tradição bastante unitária. Além disso, será aquela que mais se tem preocupado em tentar encontrar articulações com as outras duas, propondo, por exemplo, que as atitudes e os esquemas podem ser conceptualizados como componentes das representações sociais.

<sup>1</sup> Embora o conceito de «esquema» tenha uma origem europeia, visto Bartlett ser britânico e Piaget suíço.

<sup>2</sup> Fiske e Neuberg (1990) apresentam um modelo de formação de impressões que pode ser sumariado em três ideias principais: 1. Na formação de impressões sobre os outros o processamento baseado em categorias tem prioridade sobre o processamento baseado em atributos, ou seja o processamento *theory-driven* é prioritário em relação ao *data-driven*, ou, ainda, a formação de impressões orientada por estereótipos é prioritária. 2. Porém, em determinadas condições – como, por exemplo, a interdependência – os indivíduos estão motivados para prestar mais atenção ao alvo. 3. Neste caso, o processamento será baseado nos atributos do alvo, e não do tipo categorial, e será muito mais cuidadoso, prestando atenção, inclusive, a informação inconsistente com as expectativas pré-

vias, não recorrendo, portanto, a estereótipos.

<sup>3</sup> Remete-se o leitor para a revisão deste assunto que, por exemplo, Solso (1988) apresenta, na qual aborda os dois modelos de formação de protótipos, ambos explicitamente baseados na ideia de que a abstracção de características que está na base da construção dos protótipos depende da experiência dos indivíduos com exemplares da categoria.

### Referências.

- Abelson, R. P.; Kinder, D. R.; Peters, M. D., e Fiske, S. T. (1982), «Affective and semantic components in political person perception», in *Journal of Personality and Social Psychology*, 42, 619-30.
- Abelson, R. P. (1976), «Script processing in attitude formation and decision making», in J. S. Carrol, e J. W. Payne (eds.), *Cognition and Social Behavior*, Erlbaum, Hillsdale, N. J.
- Abric, J-C. (1989), «L'étude expérimentale des représentations sociales», in D. Jodelet (ed.), *Les représentations sociales*, PUF, Paris.
- Allport, G. W. (1954), *The Nature of Prejudice*, Reading, Mass., Addison-Wesley.
- Bem, D. (1967), «Self-perception: an alternative interpretation of cognitive dissonance phenomena», in *Psychological Review*, 74, 183-200.
- Castro, P. (1994), *Apresentação e Comparação Crítica de Três Tradições em Psicologia Social. Atitudes, representações sociais e cognição social*, Relatório de uma aula Teórico-prática, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, ISCTE.
- De Rosa, A. S. (1990), «Comparaison critique entre les représentations sociales

- et la cognition sociale: sur la signification d'une approche développementale dans l'étude des représentations sociales», in *Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, 5, 70-109.
- Doise, W. (1989), «Attitudes et représentations sociales», in D. Jodelet (ed.), *Les représentations sociales*, PUF, Paris.
- Elejarrrieta, F., Valencia, J., e Wagner, W. (1993), «The personification effect: a way of objectification of the unfamiliar in the social representation of sexual infidelity», comunicação apresentada no General Meeting da European Association of Experimental Social Psychology, Lisboa.
- Fazio, R. H. (1986), «How do attitudes guide behavior?», in R. M. Sorrentino, e E. T. Higgins (eds.), *Handbook of Motivation and Cognition*, John Wiley & Sons, Chichester.
- Fiske, S. T., e Neuberg, S. L. (1990), «A continuum of impression formation, from category-based to individuating processes: influences of information and motivation on attention and interpretation», in *Advances in Experimental Social Psychology*, vol. 23, 1-74.
- Flament, C. (1989), «Structure et dynamique des représentations sociales», in D. Jodelet (ed.), *Les représentations sociales*, PUF, Paris.
- Fiske, S. T., e Taylor, S. (1991), *Social Cognition*, Addison-Wesley, Cambridge.
- Goodnow, J. J., e Collins, W. A. (1990), *Development According to Parents: the nature, sources, and consequences of parents ideas*, Lawrence Erlbaum, Hove, East Suss.
- Hamilton, D. L. (1981), «Illusory correlation as a basis for stereotyping», in D. L. Hamilton (ed.), *Cognitive Processes in Stereotyping and Intergroup Behavior*, Erlbaum, Hillsdale, N. J.
- Harré, R. (1979), *Social Being*, Blackwell, Londres.
- (1989), «Grammaire et lexiques, vecteurs des représentations sociales», in D. Jodelet (ed.), *Les représentations sociales*, PUF, Paris.
- Jesuino, J. C. (1993), «A psicologia social europeia», in J. Vala e M. B. Monteiro (eds.), *Psicologia Social*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Jodelet, D. (1989), «Représentations sociales: un domaine en expansion», in D. Jodelet (ed.), *Les représentations sociales*, PUF, Paris.
- Kuhn, T. S. (1962-70), *The Structure of Scientific Revolutions*, The University of Chicago Press, Chicago.
- Markus, H., e Zajonc, R. B. (1985), «The cognitive perspective in social psychology», in G. Lindzey, e E. Aronson (eds.), *The Handbook of Social Psychology*, (3ª ed), Random House, Nova Iorque.
- McGuire, W. J. (1980), «The development of theory in social psychology», in R. Gilmour, e S. Duck (eds.), *The Development of Social Psychology*, Academic Press, Londres.
- (1986), «The vicissitudes of attitudes and similar representational constructs in twentieth century psychology», in *European Journal of Social Psychology*, 16, 89-103.
- Morgan, G. (1980), «Paradigms, metaphors and puzzle solving in organization theory», in *Administrative Science Quarterly*, 605- 22.
- Moscovici, S. (1981), «On social representations», in J. P. Forgas (ed.), *Social Cognition*, Academic Press, Londres.
- (1988), «Notes towards a description of social representations», in *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-50.
- (1989), «Preconditions for explanation in social psychology», in *European Journal of Social Psychology*, 19, 407-30.

- Olson, J. M., Zanna, M. P. (1993), «Attitudes and attitude change», in *Annual Review of Psychology*, 44, 117-54.
- Pittman, T. S., e Heller, J. F. (1987), «Social Motivation», in *Annual Review of Psychology*, 38, 461-89.
- Rasinski, K. A. (1991), «By their fruits shall you know them? The measurement of public opinion and the content, structure and operation of thought systems», in R. S. Wyer, Jr. e T. K. Srull (eds.), *Advances in Social Cognition*, vol. IV: *The content, structure and operation of thought systems*, Lawrence Erlbaum, Hillsdale, N. J.
- Rusher, B. J., e Fiske, S. T. (1990), «Interpersonal competition can cause individuating processes», in *Journal of Personality and Social Psychology*, 58 (5), 832-43.
- Schank, R. C., e Abelson, R. P. (1977), *Scripts, Plans, Goals and Understanding*, Lawrence Erlbaum, Hillsdale, N.J.
- Schneider, D. J. (1991), «Social cognition», in *Annual Review of Psychology*, 42, 527-61.
- Schweder, R. A., e Miller, J. G. (1985), «The social construction of the person: how is it possible?», in K. J. Gergen, e K. E. Davis (eds.), *The Social Construction of the Person*, Springer-Verlag, Nova Iorque.
- Semin, G. (1989), «Prototypes et représentations sociales», in D. Jodelet (ed.), *Les représentations sociales*, PUF, Paris.
- Soczka, L. (1993), «Para uma perspectiva ecológica em psicologia social», in J. Vala e M. B. Monteiro (eds.), *Psicologia Social*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Solso, R. L. (1988), *Cognitive Psychology*, Allyn and Bacon, Boston.
- Thomas, W. I., e Znaniecki, F. (1918-58), *The Polish Peasant in Europe and America*, Dover, Nova Iorque.
- Vala, J. (1993), «Representações sociais – para uma psicologia social do pensamento social», in J. Vala e M. B. Monteiro (eds.), *Psicologia Social*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Wagner, W., Landsteiner, I., e Elejabarrieta, F. (1993), «Objectification by metaphor in social representations: the folk knowledge of conception», Comunicação apresentada no General Meeting da European Association of Experimental Social Psychology, Lisboa.
- Zajonc, R. B. (1980), «Feeling and thinking: preferences need no inferences», in *American Psychologist*, 35, 151-75.
- Zajonc, R. B., e Markus, H. (1982), «Affective and cognitive factors in preferences», in *Journal of Consumer Research*, 9, 123-31.
- Zanna, M. P., e Rempel, J. K. (1988), «Attitudes: a new look at an old concept», in D. Bar-Tal e A. W. Kruglanski (eds.), *The Social Psychology of Knowledge*, Cambridge University Press, Cambridge.

Abstract. – A brief definition of three social psychology concepts – attitudes, social representations and schemata – is presented. These three concepts, as well as the three research traditions to which they belong, are then compared according to some reflexive axis – ontological and epistemological standing, images of Men they evoke, methodological options. The reflection developed around these axis allows the discussion of the differences and similitudes that may be found among the three concepts, and aims to contribute to a tentative mapping of the discipline of social psychology.